

PORTARIA/COGE Nº 231/2018
O Corregedor-Geral, no uso da competência delegada por meio da Resolução CGE nº 08, de 14 de maio de 2014, com base no artigo 219 da Lei Estadual nº 869/1952 e tendo em vista os motivos apresentados pela Sra. Presidente, RESOLVE
Art.1º Reconduzir os membros da Comissão designada para a apuração dos fatos no âmbito das Sindicâncias Administrativas Investigatórias instauradas pelas Portarias relacionadas no quadro a seguir, para conclusão dos respectivos trabalhos no prazo de 60 (sessenta) dias corridos

Portarias	Extrato publicado no Diário Oficial do Executivo do dia
COGE Nº 38/2017	19 de abril de 2017
COGE Nº 01/2018	23 de janeiro de 2018
COGE Nº 21/2018	28 de março de 2018

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PORTARIA/COGE Nº 232/2018
O Corregedor-Geral, no uso da competência delegada por meio da Resolução CGE nº 08, de 14 de maio de 2014, e com base no artigo 219 da Lei Estadual nº 869, de 05 de julho de 1952, tendo em vista os motivos apresentados pelo Sr. Presidente; RESOLVE:
Art. 1º Reconduzir os membros da Comissão designada para a apuração dos fatos no âmbito do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria/CG Nº 82/2016, publicada no Diário Oficial do Executivo em 21 de setembro de 2016, para conclusão dos respectivos trabalhos no prazo de 60 (sessenta) dias.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Corregedoria-Geral, Belo Horizonte, 08 de novembro de 2018.
Robson Lucas da Silva
Corregedor-Geral

08 1163344 - 1

RESOLUÇÃO Nº 042, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2018.

Institui Comissão de Inventário.

O CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de sua atribuição e tendo em vista o disposto no art. 3º do Decreto nº 47.521, de 31 de outubro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º - Fica instituída Comissão de Inventário encarregada de promover o levantamento completo dos inventários físico e financeiro, dos valores em tesouraria, dos materiais em almoxarifado, ou em outras unidades similares, dos bens patrimoniais em uso, estoçados, cedidos e ou recebidos em cessão, inclusive imóveis, que são objeto de registro no Ativo e das obrigações constantes dos grupos Passivo Circulante e não Circulante, bem como das contas de controle representativas dos atos patrimoniais Ativos e Passivos.

Art. 2º - A Comissão de Inventário é composta pelos seguintes membros:

I. Heliabe Amorim de Moraes, Masp1.223.192-4, que a presidirá.
II. Fernanda Teixeira Vilella, Masp 1.120.491-4
III. Maria Madalena Resende Santos, Masp 1.210.381-8
IV. Márcio Francisco de Souza, Masp 1.043.851-3
V. Gregório Anastácio Gil, Masp 1.371.115-5
VI. Cláudio de Souza Almeida, Masp 373.273-2

Parágrafo único - Na ausência do presidente da Comissão, a servidora Fernanda Teixeira Vilella, Masp 1.120.491-4, assumirá a função.

Art. 3º - O almoxarifado da Controladoria-Geral do Estado ficará fechado no período compreendido entre 03 e 05 de dezembro de 2018, para que a Comissão possa realizar o inventário dos materiais estoçados.

Art.4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO MARTINS DE LIMA
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

09 1163628 - 1

Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

Defensor Público-Geral: Gério Patrocínio Soares

Expediente

RESOLUÇÃO N. 261/2018

Dispõe sobre a suspensão do atendimento na Unidade II da Defensoria Pública em Belo Horizonte nos dias 13 e 14/11/2018;
O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 9º, incisos I, III e XII, da Lei Complementar n. 65, de 16 de janeiro de 2003; CONSIDERANDO a execução de obras para substituição do elevador instalado na Unidade II da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, localizada na Rua Bernardo Guimarães, n.º 2731, bairro Santo Agostinho; CONSIDERANDO que as obras e adequações a serem realizadas para referida substituição demandam celeridade na execução e imibirão a regular prestação do serviço público; CONSIDERANDO a necessidade da manutenção do atendimento de urgência ao público nos dias 13 e 14 de novembro de 2018 durante a execução das obras;
RESOLVE:

Art. 1º. Fica suspenso o atendimento ao público pelos Defensores Públicos lotados na Unidade II da DPMG, localizada na Rua Bernardo Guimarães, nº 2731, bairro Santo Agostinho, nos dias 13 e 14/11/2018, ressalvadas as medidas urgentes e inadiáveis, bem como os agendamentos já realizados, além das demandas com prazo em curso, a critério dos Coordenadores das respectivas áreas.

Parágrafo único. Tratando-se das hipóteses contidas no “caput”, o defensor natural responsável pela demanda deverá atender ao assistido pessoalmente, em local a ser informado pelo respectivo Coordenador, sem prejuízo da realização de audiências e de manifestações processuais.

Art. 2º. O acolhimento dos assistidos das Defensorias localizadas na Unidade II será realizado pelo setor de atendimento, situado no térreo.

Art. 3º. O atendimento prestado pelo SAP-Cível funcionará regularmente.

Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 09 de novembro de 2018.

Gério Patrocínio Soares

Defensor Público-Geral

09 1163649 - 1

RESOLUÇÃO Nº 263/2018

Dispõe sobre a composição da Comissão de Encerramento do Exercício Financeiro de 2018.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição prevista no artigo 9º, incisos I e XII, da Lei Complementar nº 65, de 16 de janeiro de 2003, tendo em vista as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 47.521, de 31 de outubro de 2018 e na Resolução nº 242/2018;

RESOLVE :

Art. 1º - Instituir comissão para promover o levantamento das dividas constantes dos grupos Passivo Circulante e Passivo Exigível a Curto e Longo Prazo, bem como o levantamento do inventário físico-financeiro dos valores em tesouraria, que será composta pelos seguintes servidores, sob a coordenação do primeiro: EMERSON VARELA DELGADO, Masp 7000137-5, IRACEMA SANTIAGO NETO, Masp 354.073-9, e MÔNICA BEATRIZ GOMES DE SOUZA, Masp 962.635-9.

Art. 2º - A comissão apresentará o relatório prévio dos trabalhos, com data-base do dia 30 de novembro de 2018, até o dia 07 de dezembro de 2018.

Art. 3º - O relatório final dos trabalhos, com data-base do dia 31/12/2018, deverá ser apresentado até 07 de janeiro de 2019.

Art. 4º - As atividades vinculadas ao trabalho da comissão são consideradas urgentes e relevantes, mas não exoneram os servidores que a compõem das obrigações relativas aos seus respectivos cargos e funções.

Art. 5º - O não cumprimento do disposto nesta resolução implicará na responsabilização dos servidores designados para o trabalho e do

responsável pelas informações no âmbito das respectivas áreas de competência, ensajeando apuração de ordem funcional, nos termos da legislação vigente.

Art. 6º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 09 de novembro de 2018.

GERIO PATROCINIO SOARES

Defensor Público-Geral

09 1163795 - 1

ATO DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

ATO Nº 495/2018
O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição prevista artigo 9º, inciso XXI, da Lei Complementar nº 65, de 16 de janeiro de 2003, concede, nos termos do art. 2º da Deliberação nº 30, de 04 de outubro de 2013, a JOÃO HENRIQUE RENNÓ MATOS, MADEP 0560, ocupante do cargo de Defensor Público de Classe Final, Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família, retroativamente ao dia 26/10/2018, e por 15 dias no período de 12 a 26/11/2018.

09 1163783 - 1

Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Comandante-Geral: Cel PM Helbert Figueiró de Lourdes

Instituto de Previdência dos Servidores Militares - IPSM

Diretor-Geral: Cel PM QOR Vinicius Rodrigues de Oliveira Santos

PORTARIA Nº 709 / 2018

Designa comissões para proceder aos inventários físicos e financeiros e da dívida fluatante e fundada do IPSM.

O Diretor-Geral do IPSM, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Art 1º Ficam constituídas as comissões encarregadas de proceder aos inventários dos bens permanentes em uso ou estoçados e dos materiais em almoxarifado, bem como aos inventários físicos e financeiros dos títulos e valores mobiliários e da dívida fluatante e fundada do IPSM.

Art 2º As comissões a que se refere o artigo anterior terão a seguinte composição:

I Comissão para proceder ao levantamento completo dos inventários dos materiais em almoxarifado ou em outras unidades similares, dos bens patrimoniais em uso, estoçados, cedidos e ou recebidos em cessão, inclusive imóveis, que são objeto de registro nos Ativos Permanente e Compensado e no Passivo Compensado em 31/12/2018.

Pedro Henrique França	Matricula 600100-2	Presidente
Marcos Santos Almeida Cardoso	Matricula 500154-0	Membro
Tane Murao Correa	Matricula 700111-8	Membro
Adenilson Silva Campos	Matricula 500195-1	Membro
Sincero Milton Inácio	Matricula 600113-5	Membro
Louise.Marie.:Pacheco	Matricula 700121-5	Membro

II - Comissão de Inventários dos Valores Mobiliários e Títulos Existentes e da Dívida Flutuante e Fundada do IPSM em 31/12/2018:

Rosali Belmont	Matricula 500217-5	Presidente
Ana Isabela Ferreira Gomes dos Reis	Matricula 700069-3	Membro
Noely Ferreira Gomes	Matricula 700245-9	Membro
Raimundo Nonato Campos	Matricula 500284-2	Membro
Janete Aparecida dos Santos	Matricula 600037-1	Membro

§ 1º As comissões a que se refere o caput deverão apresentar os relatórios conclusivos contendo os saldos finais com a posição em 31 de dezembro de 2018.

§ 2º Os inventários produzidos servirão de base para registro dos ajustes, consoante o que dispõe o artigo 3 §2º, do Decreto 47.521, de 31 de outubro de 2018:

Art. 3º Ficam vedadas quaisquer transferências e/ou remanejamentos de material permanente, de uma para outra área do Instituto, durante a realização do inventário, sem solicitação escrita e autorização da Comissão.

Art. 4º Com base no inventário realizado deverão ser emitidas cargas patrimoniais por setor, até o nível de Diretoria, colhendo-se a assinatura de seu titular e do servidor por ele credenciado, correspondêl pelos bens relacionados.

Art. 5º Nos dias 12, 13 e 14 de novembro de 2018 não haverá disponibilização de materiais pelo Serviço de Logística, Manutenção e Transportes, por motivo de fechamento do inventário dos bens estoçados.

Art. 6º Encerrados os trabalhos, as comissões deverão apresentar os relatórios estabelecidos no § 1º do art. 30 do Decreto 47.521, de 31 de outubro de 2018:

Art. 7º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação (a) Vinicius Rodrigues de Oliveira Santos, Cel. PM QOR Diretor-Geral

09 1163794 - 1

Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Chefe da Polícia Civil: João Octacílio Silva Neto

Expediente

TERMO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2018

Por meio deste, a Diretoria de Administração e Pagamento de Pessoal, nos termos da Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002 e da Resolução da SEPLAG nº 037/2005 instaura o processo administrativo nº 044/2018 em relação ao servidor N.D.B. Masp 342.118-7, com a finalidade de apurar possível débito oriundo de vantagem pessoal percebida, em tese, indevidamente, de acordo com a Informação nº 41/2018 – COORDORIA DE PAGAMENTO.

Belo Horizonte, 31 de outubro de 2018.

Elisa Moreira Caetano Ribeiro de Lima

Delegada de Polícia

Diretoria de Administração e Pagamento de Pessoal

Termo De Instauração De Processo Administrativo Processo Administrativo Nº 045/2018

Por meio deste, a Diretoria de Administração e Pagamento de Pessoal, nos termos da Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002 e da Resolução da SEPLAG nº 037/2005 instaura o processo administrativo nº 045/2018 em relação ao servidor H.L.C.F. Masp 340.964-6, com a finalidade de apurar possível débito oriundo de vantagem pessoal percebida, em tese, indevidamente, de acordo com a Informação nº 40/2018 – COORDNADORIA DE PAGAMENTO.

Belo Horizonte, 31 de outubro de 2018.

Elisa Moreira Caetano Ribeiro de Lima

Delegada de Polícia

Diretoria de Administração e Pagamento de Pessoal

08 1163359 - 1

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E

PAGAMENTO DE PESSOAL

TERMO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Processo Administrativo Nº 043/2018

Por meio deste, a Diretoria de Administração e Pagamento de Pessoal, nos termos da Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002 e da Resolução da SEPLAG nº 037/2005 instaura o processo administrativo nº 043/2018 em relação ao servidor J.A.P.M., MASP 274.926-5, com a finalidade de apurar possível débito oriundo da retificação de concessão de quinquênio, de acordo com a Informação nº 188/2018 – SEÇÃO DE CONCESSÃO DE VANTAGENS

Belo Horizonte, 31 de outubro de 2018.

Elisa Moreira Caetano Ribeiro de Lima

Delegada de Polícia

Diretoria de Administração e Pagamento de Pessoal

Licença Paternidade

Concede Licença Paternidade nos termos do inciso XIX do art. 7º, c/c o § 3º, do artigo 39 da CR/1988 e § 1º do art. 10 do ADCT da CR/1988, por cinco dias, aos servidores:

MASP 1.113.479-8, Farley Lopes de Souza, a partir de 28 de setembro de 2018

MASP 1.375.838-8, Mauro Santos de Moura, a partir de 07 de outubro de 2018

MASP 1.189.686-7, Luiz Tortamano, a partir de 08 de outubro de 2018

MASP 1.256.108-0, Tiago da Costa Mendonça, a partir de 08 de outubro de 2018

MASP 1.188.739-5, Valter Luis Tizianel Júnior, a partir de 08 de outubro de 2018

MASP 1.174.182-4, Vinicius Ferreira Nascimento, a partir de 10 de outubro de 2018

MASP 1.113.239-6, Flávio Augusto de Oliveira, a partir de 11 de outubro de 2018

MASP 1.176.589-8, Hander Ferreira Sousa, a partir de 15 de outubro de 2018

MASP 1.242.636-7, Marcelo André da Silva, a partir de 21 de outubro de 2018

MASP 1.366.175-6, Luís Alberto Pereira Soares, a partir de 22 de outubro de 2018

MASP 1.255.979-5, Gustavo Henrique do Nascimento Teixeira, a partir de 23 de outubro de 2018

MASP 1.111.529-2, Charlie Arthurly Pereira, a partir de 27 de outubro de 2018

Licença Maternidade

Concede Licença Maternidade, nos termos do art. 17º da Lei Complementar 64, de 25 de março de 2002, por 120 (cento e vinte) dias, com prorrogação por mais 60 (sessenta) dias conforme Lei nº18.879, de 27 de maio de 2010, às servidoras:

MASP 0457.941-3, Cristiane Ferreira Lopes, a partir de 01 de outubro de 2018

MASP 1.290.365-4, Flávia Gonçalves de Almeida, a partir de 01 de outubro de 2018

MASP 1.418.130-9, Larissa Tavares Cyrino, a partir de 03 de outubro de 2018

MASP 1.237.911-1, Vivian Caroline Borges Tortamano, a partir de 08 de outubro de 2018

MASP 1.193.986-5, Ludmilla Pereira Santana de Oliveira, a partir de 11 de outubro de 2018

MASP 1.330.576-8, Mônica Perpétua Carlos, a partir de 13 de outubro de 2018

MASP 1.318.186-2, Wanessa Coimbra Nepomuceno, a partir de 15 de outubro de 2018

MASP 1.331.388-7, Francione Tavares Lopes Fintelman, a partir de 19 de outubro de 2018

MASP 1.352.883-1, Alicia Leite da Silva, a partir de 26 de outubro de 2018

MASP 1.074.028-0, Elizabeth Moreira, a partir de 27 de outubro de 2018

MASP 1.458.419-7, Bruna Simão de Andrade, a partir de 12 de novembro de 2018

Afastamento por motivo de Casamento

Concede afastamento por motivo de Casamento, nos termos da alínea “a” do art. 201 da Lei nº 869, de 05/07/1952, por oito dias, dos servidores:

MASP 1.241.851-3, Ana Carolina Andrade Silva, a partir de 26 de setembro de 2018

MASP 1.255.762-5, Camila Chagas Teixeira, a partir de 02 de outubro de 2018

MASP 0345.995-5, Renan Mendonça Pereira, a partir de 02 de outubro de 2018

MASP 1.417.792-3, Helbert Bertolin do Carmo, a partir de 04 de outubro de 2018

MASP 1.359.443-7, Rafaela de Brito Borges, a partir de 19 de outubro de 2018

MASP 1.318.286-0, Lucas Pereira Ribeiro, a partir de 20 de outubro de 2018

Afastamento por motivo Luto

Concede afastamento por motivo de Luto, nos termos da alínea “b” do art. 201 da Lei nº 869, de 5/07/1952, por oito dias, dos servidores: MASP 1.437.296-5, William Gerseson Lopes de Souza, a partir de 24 de setembro de 2018

MASP 1.427.295-9, Fabrício Nonato da Silva, a partir de 10 de outubro de 2018

MASP 1.256.646-9, Júlio Pessoa Lins Neto, a partir de 16 de outubro de 2018

Afastamento por motivo Luto

Concede afastamento por motivo de Luto, nos termos da alínea “b” do art. 201 da Lei nº 869, de 5/07/1952, por seis dias, da servidora: MASP 1.331.450-5, Alessandra Rodrigues da Cunha, a partir de 11 de outubro de 2018

Alteração de Nome
Altera o(s) nome(s), à vista de documentos apresentados, dos (as) servidores (as):
MASP 1.255.762-5, Camila Chagas Teixeira, para Camila Teixeira Mendonça
MASP 1.256.532-1, Juliana de Assis Alves, para Juliana de Assis Alves Fonseca
MASP 1.330.840-8, Ingrid Estevam Silva Miranda Barros, para Ingrid Estevam Silva Miranda
MASP 1.376.087-1, Maria Clara Coelho Furtado, para Maria Clara Furtado e Freitas

Em retificação a publicação do Minas Gerais de 03 de outubro de 2018:

Torna sem efeito o afastamento por motivo de Paternidade, nos termos do inciso XIX do art. 7º, c/c o § 3º, do artigo 39 da CR/1988 e § 1º do art. 10 do ADCT da CR/1988, por cinco dias, do servidor Rafael Piccone Siqueira da Silva, MASP. 1.412.196-6, a partir de 11 de agosto de 2018, tendo em vista matéria de mesmo teor já ter sido publicada em 20 de setembro de 2018.

Torna sem efeito o afastamento por motivo de Maternidade, nos termos do art. 17º da Lei Complementar 64, de 25 de março de 2002, por 120 (cento e vinte) dias, com prorrogação por mais 60 (sessenta) dias conforme Lei nº18.879, de 27 de maio de 2010, à servidora Maria Eduarda dos Santos Lobato Leite, MASP. 1.237.960-8, a partir de 29 de maio de 2018, tendo em vista matéria de mesmo teor já ter sido publicada em 31 de julho de 2018.

Torna sem efeito o afastamento por motivo de Luto, nos termos da alínea “b” do art. 201 da Lei nº 869, de 5/07/1952, por oito dias, ao servidor Rui Lopes Filho, MASP. 386.004-6, a partir de 13 de agosto de 2018, tendo em vista matéria de mesmo teor já ter sido publicada em 20 de setembro de 2018.

Marcelo Augusto Couto

Diretor de Administração e Pagamento de Pessoal

07 1162829 - 1

Atos Assinados pelo Senhor Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais.

Resolução nº 8.062 de 08 de novembro de 2018.

Designa Responsável Técnico para atuação junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAF/MG, no âmbito da Polícia Civil.

O Chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e considerando o Decreto 42.251 de 09 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a execução orçamentária e financeira, Resolve:

Art. 1º Designar a servidora a seguir nominada para exercer as funções de Responsável Técnico na respectiva Unidade Executora:

MASP	Nome	Cargo	UE
1.455.375-4	Thais Gomes Da Mata	Investigador de Polícia	1510111

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor, na data de sua publicação. Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Chefia da Polícia Civil, em Belo Horizonte

aos 08 de novembro de 2018.

João Octacílio Silva Neto

08 1163358 - 1

CORREGEDORIA-GERAL DE POLÍCIA CIVIL

Primeira publicação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO